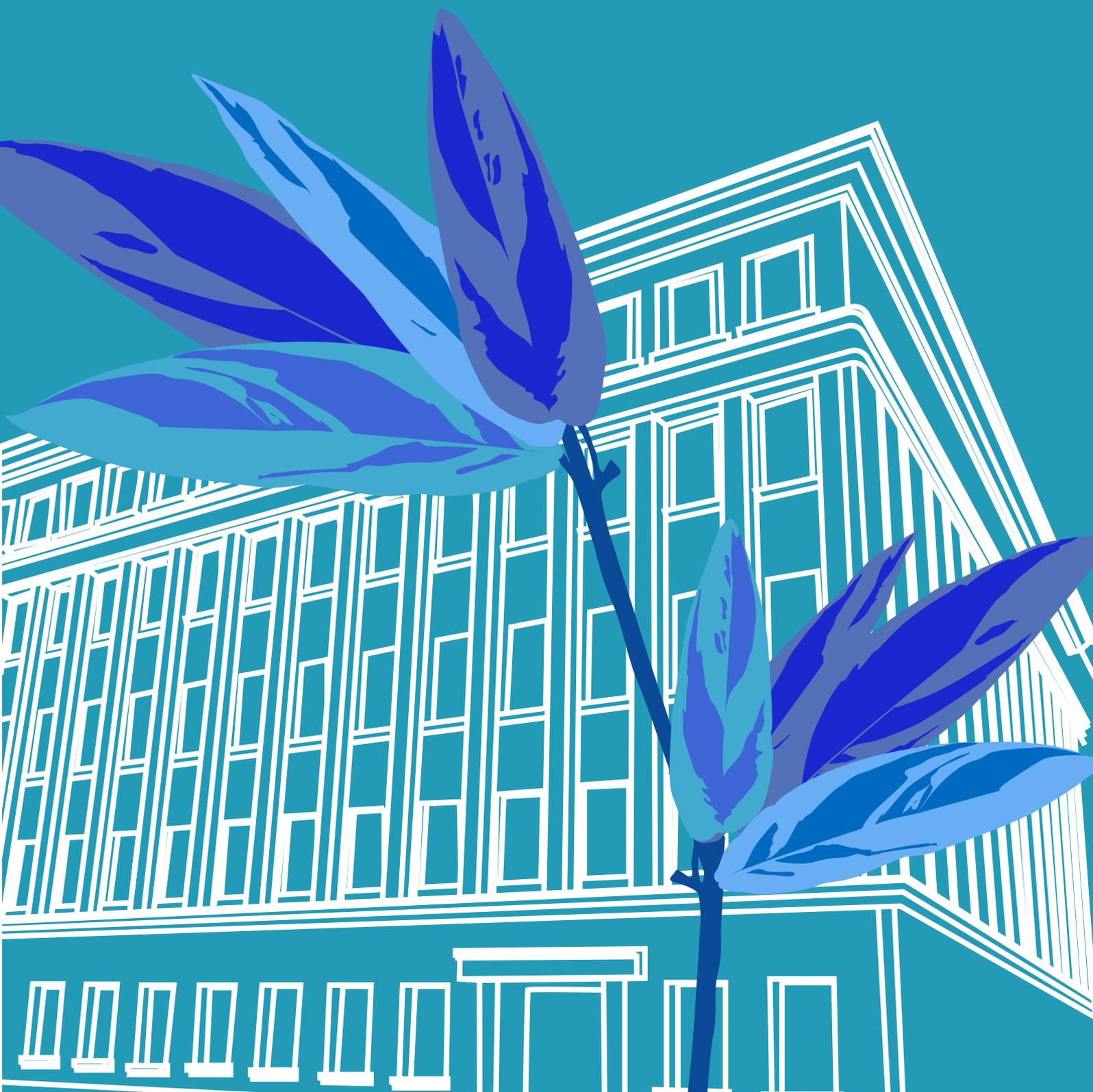


Relatório de | 20 Atividades Inea | 21



Relatório de Atividades

Exercício 2021

Presidente do Instituto Estadual do Ambiente

Philippe Campelo Costa Brondi da Silva

Diretor de Licenciamento Ambiental

Leonardo Daemon d'Oliveira Silva

Diretor de Pós-licença e Fiscalização

Sérgio Henrique Mantovani

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

Leandro Luiz de Jesus Gomes

Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Hélio Vanderlei Coelho Filho

Diretor de Recuperação Ambiental

Daniel Moraes de Albuquerque

Diretor de Gente e Gestão

Jorge Eduardo Barreto de Andrade

Gerente de Gestão e Resultados

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

Autor

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

Equipe de apoio

Teresa da Costa Muylaert

Beatriz Gomes de Souza

Sumário

APRESENTAÇÃO	página 04
PREMISSAS	página 05
Propósitos e diretrizes do plano	página 05
Metodologia aplicada	página 05
Abrangência	página 06
DIAGNÓSTICO	página 07
Histórico	página 07
Contexto	página 07
Estrutura administrativa	página 08
Estratégia	página 10
REALIZAÇÕES	página 13
Contexto	página 13
Licenciamento e acompanhamento de licenças	página 13
Fiscalização e combate às infrações ambientais	página 15
Proteção da biodiversidade	página 16
Segurança hídrica	página 18
Qualidade ambiental	página 19
Prevenção de acidentes e recuperação ambiental	página 20
Comunicação com a sociedade e com órgãos de controle	página 21
Educação para a sustentabilidade	página 23
Gestão do conhecimento e modernização administrativa	página 24
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	página 26
Arrecadação	página 28
Execução orçamentária	página 28
Execução financeira	página 30
Execução patrimonial	página 31
Balanço patrimonial	página 32

Apresentação

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), entidade vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), apresenta seu Relatório de Atividades (RA) com a pretensão de retratar as ações mais relevantes conduzidas no ano de 2021 no tocante ao cumprimento de sua missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, além de atender às referidas exigências legais, almeja-se evidenciar a performance do instituto referente às ações de proteção, controle e recuperação ambiental, bem como às ações administrativas e de suporte, inclusive a sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, de modo a promover a transparência nas ações e a prestação de contas no setor público.

O presente documento é parte integrante da prestação de contas dos ordenadores de despesas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) junto à Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE) e corresponde ao Relatório Anual da Gestão previsto no anexo IV, item 24, da Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 e a Resolução CGE nº 55/2020.

O relatório é composto por cinco capítulos: 1) premissas; 2) diagnóstico; 3) realizações; e 4) execução orçamentária, financeira e patrimonial. No primeiro capítulo são explicitadas as premissas que nortearam a elaboração do documento, além de seus propósitos, diretrizes, validade, abrangência e metodologia aplicada. Adiante, no segundo capítulo, estão dispostos o diagnóstico sobre o histórico da organização, o contexto no qual está inserida, a forma pela qual está organizada, além da explicitação de sua estratégia. A seguir, no terceiro capítulo são apresentadas as principais realizações da organização durante o exercício, distribuídas por seus principais eixos de atuação. Por último, no quarto capítulo, são retratadas a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Por último, cumpre ressaltar que as informações nele contidas não esgotam todas as nossas ações ou entregas do instituto, apenas contempla as realizações consideradas mais significativas sob o ponto de vista da instituição.

1 Premissas

Neste capítulo serão explicitados os pressupostos básicos que nortearam todo o processo de formulação do presente documento, discorrendo, assim, sobre seus propósitos, diretrizes, metodologia aplicada e abrangência.

Inicialmente, cumpre registrar que a formulação de qualquer Relatório de Atividades tem a finalidade precípua de promover a transparência na forma de atuação e na aplicação de recursos públicos, ao mesmo tempo que permite a melhoria contínua dos serviços prestados a partir de uma profunda reflexão sobre a performance da organização.

Nesse sentido, no tocante ao ambiente externo, pretende prestar contas aos diversos órgãos de controle, atores intervenientes, partes interessadas e demais beneficiários de suas políticas e serviços públicos prestados, e no tocante ao ambiente interno, pretende otimizar o uso de recursos, aprimorar a forma de atuação e incrementar os efeitos das ações.

1.1 Propósitos e diretrizes do plano

A formulação do presente Relatório de Atividades foi motivada pela pretensão do instituto em cumprir com alguns propósitos globais, a saber:

- Publicizar a atuação do INEA, dentro de um determinado período de tempo, para a obtenção de uma situação futura pretendida em termos de produção de resultados e/ou de entrega de produtos.
- Subsidiar a melhoria contínua das políticas e serviços públicos prestados pelo INEA, permitindo o aumento da qualidade percebida pelo usuário.
- Identificar oportunidades de melhoria frente aos problemas mapeados, produzindo informações que permitam a sua superação.

Além dos citados propósitos globais que serviram de referência, todas as decisões traçadas durante o processo de formulação do presente Relatório de Atividades foram influenciadas por outras diretrizes específicas, a saber:

- Ampla participação das áreas de negócio na indicação do conteúdo.
- Defesa da representatividade das diversas unidades administrativas.
- Concentração dos esforços de comunicação em questões prioritárias.
- Clareza e simplicidade na apresentação dos dados e informações.

1.2 Metodologia aplicada

A metodologia utilizada durante a formulação do presente Relatório de Atividades percorreu todos os passos requeridos para a elaboração de um documento oficial de cunho gerencial, a saber: determinação do objetivo central, indicação das principais atividades,

levantamento dos dados e informações, apreciação do material recebido e esquematização do conteúdo.

O processo de levantamento dos dados e informações sobre os eixos de atuação do instituto se deu de forma participativa e comunitária perante todos os envolvidos. Quanto ao processo de escolha do conteúdo do documento ficou restrito a alta direção. Já o processo de consolidação das informações e posterior formalização do documento ficou a cargo da Diretoria de Gente e Gestão.

1.3 Abrangência

O Relatório de Atividades em tela contempla apenas as realizações consideradas mais significativas sob o ponto de vista da instituição no que concerne à sua área de atuação ao longo do exercício de 2021. Logo, os dados e informações nele contidos não esgotam todas as nossas ações ou entregas do instituto, principalmente no que diz respeito àquelas em andamento.

A apresentação da atuação do instituto foi desmembrada sob a forma de 10 eixos estratégicos: i) licenciamento e acompanhamento de licenças; ii) fiscalização e combate às infrações ambientais; iii) proteção da biodiversidade; iv) segurança hídrica; v) qualidade ambiental; vi) prevenção de acidentes e recuperação ambiental; vii) comunicação com a sociedade; viii) educação para a sustentabilidade; ix) gestão do conhecimento; e x) gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2 Diagnóstico

Neste capítulo será explicitado o propósito do instituto, demonstrado o diagnóstico sobre o desempenho passado, o ambiente e a situação atual e determinada a situação futura almejada, percorrendo, assim, sobre histórico, contexto, missão, valores e eixos de atuação, culminando com a exposição da visão e dos objetivos propostos para o período em referência, além de sua estrutura vigente.

2.1 Histórico

O INEA é uma entidade integrante da Administração Pública Estadual Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS). O instituto, submetido ao regime autárquico especial, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criado por intermédio da Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, com o objetivo de imprimir maior eficiência na preservação do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, a partir da fusão de três órgãos: FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente), SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) e IEF (Instituto Estadual de Florestas).

Sua instalação foi efetivada com a promulgação do Decreto Estadual nº 41.628, em 12 de janeiro de 2009. Atualmente, é regulamentado pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 03 de abril de 2019, o qual estabelece a sua estrutura organizacional, sua forma de organização e suas competências.

Nesse sentido, compete ao INEA a função de executar as políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro.

2.2 Contexto

O atual cenário econômico, nacional e estadual, exerce grande pressão sobre recursos naturais estaduais, em virtude de seu modelo de desenvolvimento pautar-se, essencialmente, em investimentos maciços, públicos e privados, nos setores de infraestrutura, indústria do petróleo e indústrias de base de grande porte do ramo siderúrgico, portuário e turístico, principalmente. Por conseguinte, o setor ambiental do Estado do Rio de Janeiro sofre grande pressão, sob uma forma dicotômica. De um lado, por parte do setor produtivo, sob o qual é intensamente cobrado por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, e de outro, por parte da sociedade, sob o qual é exigido por políticas de regulação e fiscalização ambiental atuantes, transparentes e eficazes.

Diante de seu papel estratégico no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, o setor ambiental do Estado caminhou no sentido de uma reorganização e racionalização de sua estrutura administrativa, por meio da implantação da fusão de órgãos, da gestão orientada para resultados, da profissionalização da gestão, da valorização do servidor público e do aperfeiçoamento dos processos administrativos; como desdobramentos das ações de reestruturação do Estado. Com isso, a partir do pressuposto de que o desempenho do aparelho estatal é cada vez mais pressionado pela comparação com a qualidade e os custos

dos serviços prestados pelo setor privado e pela compreensão de que o mero cumprimento de rotinas burocráticas, por si só, não é condição suficiente para a produção dos resultados esperados, projetou-se um processo sustentável de reconstrução da gestão pública estadual.

2.3 Estrutura administrativa

Sua estrutura, atualmente, é regida pelo Decreto Estadual n.º 46.619, sendo composta pela Presidência e por seis Diretorias, cujos titulares compõem seu Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da instituição, mediante as seguintes principais competências:

- **Diretoria de Licenciamento Ambiental:** conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental, que contenham ou não autorizações e demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal; gerenciar o uso de agrotóxicos em âmbito estadual; editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídrico; aprovar Projetos de Alinhamento de Rio, de Orla de Lagoa ou Laguna e demarcar Faixas Marginais de Proteção; emitindo as análises e pareceres correspondentes.
- **Diretoria de Pós-licença:** orientar e coordenar o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento pós-licença e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração; coordenar e executar ações de acompanhamento de atividades licenciadas ou autorizadas, verificando o cumprimento das condições e restrições da licença ou autorização ambiental; e analisar as impugnações apresentadas em face das sanções administrativas de multa e apreensão aplicadas em virtude de cometimento de infrações ambientais.
- **Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas:** orientar a gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos; planejar a criação, implantação, gestão, proteção e fiscalização das unidades de conservação estaduais, bem como reconhecer reservas particulares do patrimônio natural; administrar as unidades de conservação estaduais, inclusive submetendo seus planos de manejo para aprovação; propor normas, diretrizes, planos e estratégias de atuação relacionadas à definição de políticas públicas direcionadas à preservação da biodiversidade fluminense e à proteção, manutenção e restauração da Mata Atlântica do estado; e fomentar a coleta de sementes e produção de mudas, a adequação ambiental de imóveis rurais e manejo sustentável de produtos e subprodutos florestais.
- **Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental:** planejar, coordenar e executar ações e projetos estratégicos relacionados à segurança hídrica estadual, bem como exercer a gestão e o monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos estaduais, além dos principais mananciais de abastecimento do Estado; coordenar o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e a cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos estaduais; coordenar o desenvolvimento de estudos de prevenção, mitigação, adaptação e recuperação relativos à gestão do risco de inundações, eventos

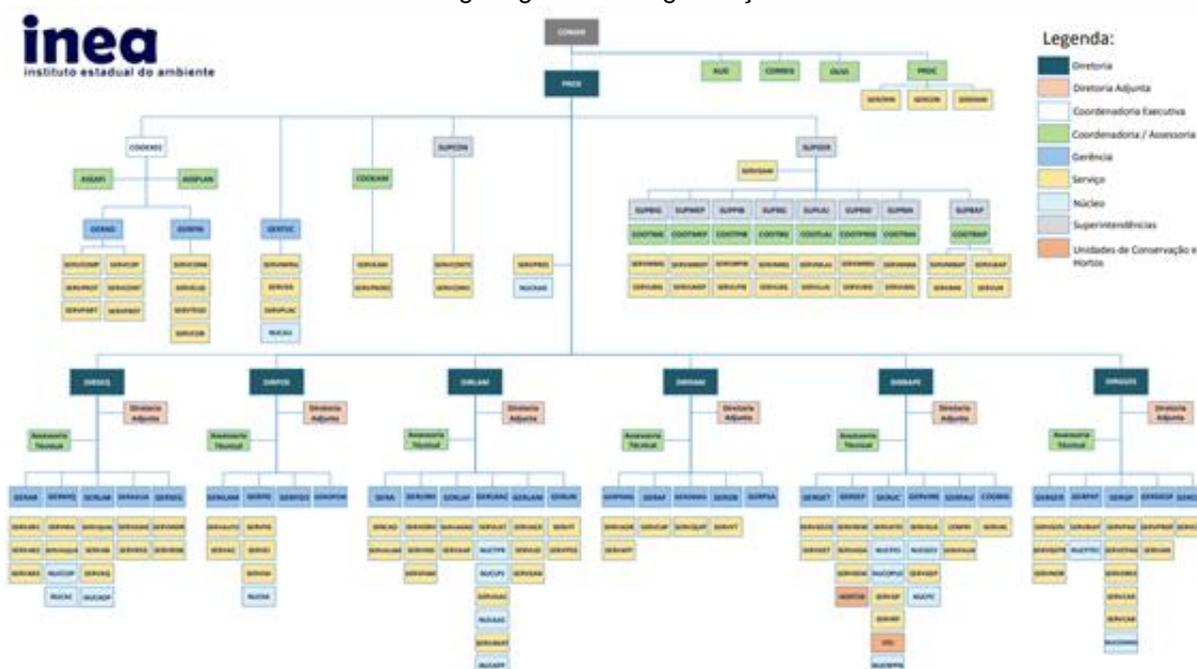
extremos e segurança de barragens; e realizar o controle ambiental, por meio de programa de monitoramento quali-quantitativo dos corpos d'água e dos efluentes líquidos; e da qualidade do ar e das emissões atmosféricas.

- **Diretoria de Recuperação Ambiental:** elaborar projetos, organizar e realizar obras e intervenções destinadas a recuperar a qualidade dos corpos hídricos e suas margens, prevenindo e controlando inundações; e expedir atos e instrumentos que importem em obrigações institucionais relativas aos contratos e licitações de obras e intervenções ambientais.

- **Diretoria de Gente e Gestão:** promover a administração de pessoas e seus subsistemas, definindo políticas de direitos, deveres, vantagens e benefícios; promover o desenvolvimento de pessoas para garantir o melhor aproveitamento do potencial dos servidores; propor desdobramento de metas para as demais áreas e acompanhar os resultados por meio de uma gestão por indicadores com foco na melhoria contínua; realizar o acompanhamento dos projetos estratégicos; e fomentar o estudo e a pesquisa relacionada às finalidades institucionais.

O INEA conta com um corpo funcional de 1.096 servidores em efetivo exercício. Ao longo dos últimos onze anos, o quantitativo total de servidores da instituição, incluindo servidores cedidos, teve a seguinte distribuição: 1.188 (2009), 1.293 (2010), 1.396 (2011), 1.513 (2012), 1.509 (2013), 1.519 (2014), 1.401 (2015), 1.376 (2016), 1.318 (2017), 1.203 (2018), 1.134 (2019) e 1.112 (2020).

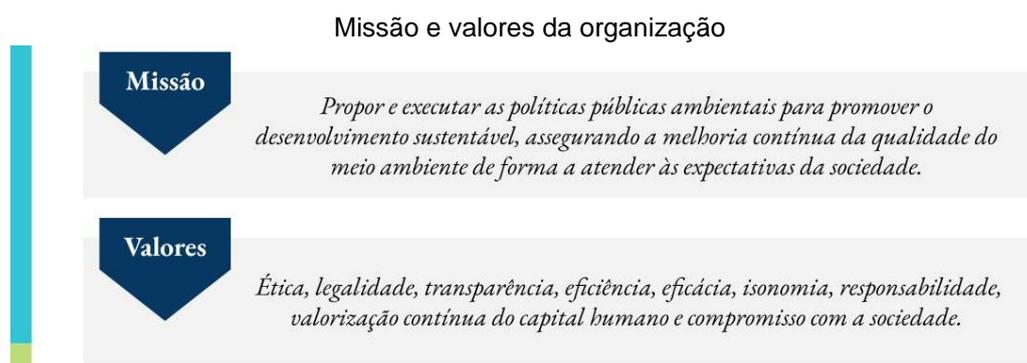
Organograma da organização



2.4 Estratégia

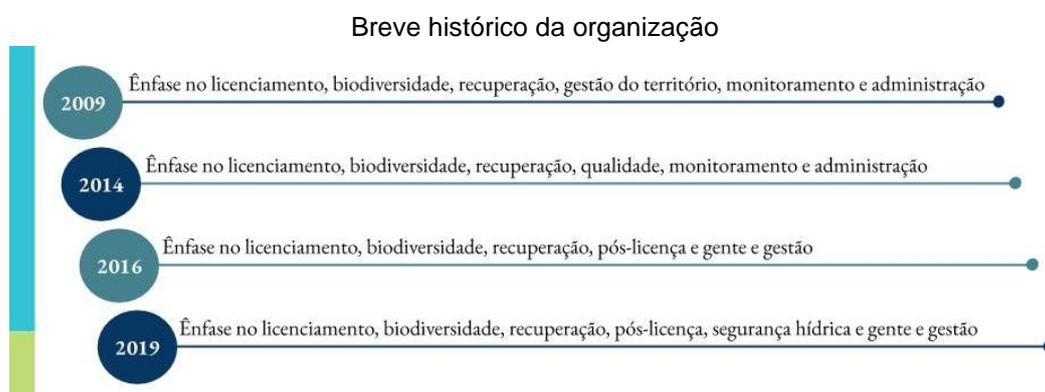
A atuação de qualquer organização é direcionada para o cumprimento de seu propósito estratégico: missão. Ao cumprir com o seu propósito, o instituto orienta-se por um conjunto de normas de conduta que determinam o seu comportamento: valores.

A missão é a definição do propósito norteador da organização – o porquê de sua existência. É ela que estabelece a sua razão de ser e reflete a motivação dos colaboradores em se envolverem cada vez mais com o trabalho. Portanto, deve ser motivadora, de longo prazo e de fácil entendimento e comunicação. Já os valores são reflexos das expectativas culturais de um grupo ou da sociedade sobre como os seus membros devem se comportar perante o propósito da organização. Portanto, representam os fatores impulsionadores.



A determinação do propósito da organização e do conjunto de normas de conduta que irão guiar o comportamento de seu quadro funcional, implica, em seguida, a breve compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição atual.

Ao longo dos últimos doze anos, o INEA foi submetido a profundas transformações na sua forma de atuação em razão das prioridades governamentais de cada circunstância.



Cumpra registrar que toda e qualquer mudança na estratégia implica adequações na sua estrutura administrativa, porém, no caso do INEA, isso não significou a descontinuidade de certas áreas de atuação que durante o período perderam o protagonismo. À medida que o INEA foi incrementando a sua gama de responsabilidades, foi aumentando, também, o grau de exigência externo sobre a quantidade e a qualidade dos serviços prestados, sem a devida contrapartida de ganho na destinação dos recursos. Isso só foi possível graças à curva acumulada de aprendizagem obtida desde a sua criação em 2009, juntamente com a

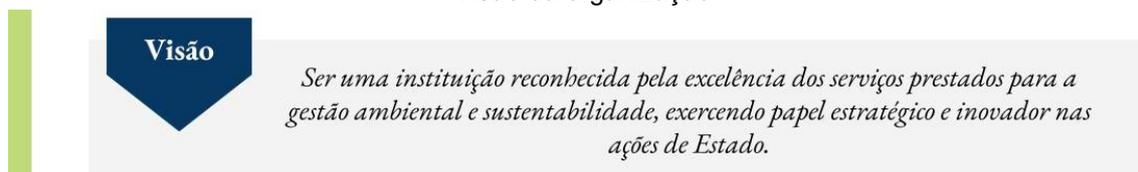
incorporação de novos métodos de gestão pautados na cultura de valorização do capital intelectual e no investimento maciço em tecnologia e informação.

Nota-se o avanço expressivo na relevância e na diversidade de soluções concebidas ou aprimoradas, ao longo desse período, entre os quais pode-se destacar: a modernização do licenciamento, a criação e estruturação de unidades de conservação, a restauração florestal, a expansão da rede de monitoramento da qualidade, a expansão do sistema de alertas de cheias, a implementação do pós-licença, a recuperação ambiental de áreas degradadas, o desassoreamento de corpos hídricos, a relocação de população vulnerável ao risco de inundação, o desenvolvimento do processo administrativo digital, a criação da universidade do ambiente, o estabelecimento de indicadores e metas de desempenho, o pagamento de bonificação por resultados, entre outros.

O cumprimento do propósito de uma organização, em consonância com o conjunto de normas de conduta que regem o seu comportamento, aliada a compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição vigente, requer o esclarecimento da situação futura pretendida em termos de visão de futuro e de objetivos.

A visão de futuro diz respeito à mudança, ao crescimento e à transformação da organização em questão. Normalmente, é expressa por uma declaração que denota como o instituto quer estar posicionado no longo prazo.

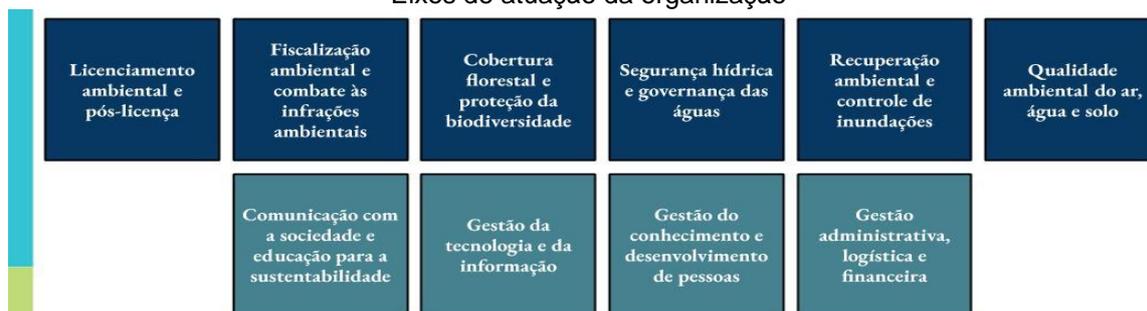
Visão da organização



Após a explicitação do propósito, a declaração das normas de conduta, a apreciação sobre o desempenho passado, a análise sobre o ambiente, o diagnóstico sobre a condição atual e o posicionamento da organização, tem-se, agora, a determinação pelo instituto da situação pretendida em termos de objetivos e dos principais eixos de atuação.

Os eixos de atuação representam a forma pela qual a instituição aloca seus recursos em razão de determinados processos de trabalho. Com isso, delimitam os conteúdos abrangidos pelo assunto principal. Nota-se que a principal característica do INEA reside na transversalidade de seus processos de trabalhos.

Eixos de atuação da organização



Os objetivos são declarações genéricas que o instituto se propõe a obter num prazo determinado para cumprir com sua missão e visão de futuro. Desse modo, expressam as prioridades em sua forma de atuação.

Objetivos da organização

Objetivos			
01	Repactuar as competências no licenciamento ambiental	23	Melhorar a comunicação com a sociedade
02	Regulamentar e implantar o SELCA	24	Aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação à população
03	Regulamentar e implantar o pós-licença	25	Promover a educação para sustentabilidade nos públicos externo e interno
04	Reduzir o tempo de resposta ao usuário SELCA	26	Ampliar e integrar os sistemas de operação e de informação
05	Coordenar as políticas de prevenção às infrações ambientais	27	Orientar a tomada de decisão com base na priorização dos sistemas e processos
06	Incorporar o uso de inteligências nas ações de fiscalização	28	Garantir a disponibilidade dos serviços tecnológicos
07	Estruturar operações integradas de fiscalização ambiental	29	Produzir e difundir conhecimento
08	Conservar a vegetação nativa e promover a restauração ecológica	30	Desenvolver competências técnicas e gerenciais
09	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno de uc's	31	Valorizar o capital humano
10	Repactuar as competências de conservação e restauração ecológica	32	Garantir os recursos humanos, materiais e financeiros
11	Perseguir a sustentabilidade econômico-financeira nas uc's	33	Repactuar as competências e atribuições
		34	Promover a integração externa e interna

3 Realizações

Nesta seção, serão apresentadas as principais realizações, por eixo de atuação a cargo do INEA, ao longo do ano de 2021, durante o exercício de suas atribuições. Cumpre ressaltar que as informações aqui contidas não esgotam todas as suas ações ou entregas, logo apenas representam as mais significativas sob o ponto de vista da instituição.

3.1 Contexto

Um desafio importante na gestão pública é saber se os objetivos propostos foram alcançados. Isso implica realizar diagnósticos precisos por meio da coleta e da análise dos dados disponíveis. Apenas com a submissão desses dados à análise é que será possível otimizar o uso de recursos, aprimorar a forma de atuação e incrementar os efeitos das iniciativas.

Nesse sentido, o Relatório de Atividades possui a finalidade de medir, julgar e comunicar a performance obtida pela instituição até uma certa data de apuração de modo a averiguar a consecução dos objetivos, ou não. Com isso, intenta fornecer informações relevantes e oportunas para provocar decisões no sentido de indicar medidas preventivas ou corretivas para corrigir planos, modificar políticas ou, inclusive, rever estratégias de atuação com vistas à aprendizagem sistemática e à melhoria contínua.

3.2 Licenciamento e acompanhamento de licenças

O eixo licenciamento e acompanhamento de licenças faz parte de um grande esforço do INEA para modernizar e agilizar a gestão ambiental fluminense no sentido de não só facilitar o acesso do requerente ao INEA e simplificar os trâmites processuais para promover a redução no tempo de análise, mas também garantir a operação das atividades licenciadas de acordo com as condicionantes estabelecidas.

Objetivo: i) implementar de forma integral o novo Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental; ii) redirecionar o esforço da Instituição para o pós-licença; iii) reduzir o tempo de resposta ao requerente; e iv) rever e simplificar procedimentos.

Linhas de atuação: 1) emitir licenças ambientais e demais instrumentos de controle ambiental; 2) analisar estudos de impacto ambiental; 3) realizar vistorias de licenciamento e de acompanhamento de condicionantes; 4) elaborar e revisar as normativas técnicas e administrativas; e 5) habilitar e fiscalizar os municípios no licenciamento ambiental.

Principais realizações no exercício:

- Emissão de 3.029 licenças, certidões, certificados e autorizações, cujo prazo médio de resposta foi de 1.075 dias, sendo 38% destas dentro do prazo legal (182 dias em média) e 24% do passivo pendente de análise.

- Abertura de 3.271 processos administrativos de requerimentos para a obtenção de licenças, certidões, certificados e autorizações.
- Início da vigência do novo Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental e demais Instrumentos de Controle Ambiental (SELCA), em 25 de agosto.
- Criação do Portal do Licenciamento, da Plataforma Digital do Sistema de Licenciamento (Avatar-SER/RJ) e da aplicação de Consulta de Processo, ferramentas de apoio ao licenciamento ambiental estadual, em razão do início da vigência do SELCA.
- Revisão da NOP-02, que estabelece os custos de indenização de análise e processamento dos requerimentos de licenças, certidões, certificados e autorizações.
- Elaboração da NOP-46, em substituição às Resoluções INEA 52 e 53, que estabelece o enquadramento de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental e demais procedimentos de controle ambiental.
- Elaboração da NOP-47, que estabelece procedimentos para emissão e acompanhamento das licenças ambientais comunicadas.
- Elaboração da Resolução CONEMA 92, em substituição à Resolução CONEMA 42, que estabelece as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local.
- Elaboração da Resolução INEA 217, que estabelece a declaração eletrônica de inexigibilidade de licenciamento ambiental.
- Apreciação de 4 estudos de impacto ambiental em decorrência da implantação de atividades e/ou empreendimentos de grande potencial poluidor e degradação do meio ambiente.
- Apreciação de 1 relatório ambiental simplificado em decorrência da análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.
- Elaboração de 9 instruções técnicas que determinam o conteúdo e a profundidade dos estudos, e especificam os elementos e informações essenciais para a decisão quanto ao licenciamento do projeto.
- Realização de 2 audiências públicas em decorrência da implantação de atividades e/ou empreendimentos de grande potencial poluidor e degradação do meio ambiente.
- Realização de 1.653 vistorias de licenciamento e de pós-licença em todo o estado, sendo 210 conduzidas pela sede e 1.443 pelas regionais.
- Realização de 142 vistorias de acompanhamento de condicionantes de instrumentos de licenciamento em operação.
- Habilitação de 4 novos municípios ao licenciamento ambiental, perfazendo o montante de 63 habilitados dos 92 municípios existentes no estado.

- Participação no COGIRE (Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial) para desburocratização do desenvolvimento econômico sustentável.

3.3 Fiscalização e combate às infrações ambientais

O eixo fiscalização e combate às infrações ambientais faz parte de um grande esforço do INEA para aumentar a efetividade na prevenção do dano ambiental a partir do redirecionamento do esforço da Instituição para as ações de fiscalização que pretendem coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental.

Objetivo: i) prevenir o dano ambiental com a conscientização da comunidade; ii) coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental; iii) incorporar o uso de inteligência; e iv) estruturar operações de fiscalização integradas.

Linhas de atuação: 1) realizar vistorias de fiscalização, principalmente a partir de operações conjuntas.; 2) aplicar sanções e multas ambientais em operações ou práticas em desconformidade com a lei; e 3) apreciar impugnações a autos de infração.

Principais realizações no exercício:

- Realização de 2.569 vistorias de fiscalização de combate às infrações ambientais em todo o estado, sendo 329 conduzidas pela sede e 2.240 pelas regionais.
- Emissão de 1.008 autos de infração em todo o estado em decorrência de infrações ambientais constatadas durante as ações de fiscalização, sendo 800 conduzidas pela sede e 208 pelas regionais.
- Imposição de 106 medidas cautelares (advertência, suspensão, apreensão e embargos) em decorrência de infrações ambientais constatadas durante as ações de fiscalização, sendo 56 conduzidas pela sede, 30 pelas regionais e 20 pelas unidades de conservação.
- Geração de 214 alertas de supressão de vegetação que foram devidamente vistoriados pela equipe de fiscalização, identificando 147,84 hectares de área com irregularidades no tocante à legislação ambiental.
- Aplicação de 46,438 milhões em razão da imposição de multas ambientais, dos quais 1,574 milhões foram devidamente arrecadados.
- Realização de 3.514 vistorias de fiscalização de combate às infrações ambientais nas UCs estaduais.
- Realização de 3.023 atendimentos em razão do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros.
- Emissão de 764 autos de constatação.
- Análise de 182 processos de impugnação contra os autos de infração emitidos com a elaboração de pareceres conclusivos.

- Celebração de 6 Termos de Ajustamento de Conduta que totalizaram um valor de R\$3.447.930,83, sendo 4 com base na Lei Estadual 3.467/00, 1 com base na Lei 7.347/85, e 1 com base na Lei 9.605/98.
- Execução de 04 Projetos de Prestação de Serviços para a Melhoria da Qualidade Ambiental a partir da conversão de multas ambientais.
- Encerramento de 23 Termos de Ajustamento de Conduta em razão do cumprimento das obrigações ajustadas.
- Elaboração da Resolução Conjunta Seas/Inea nº 57/2021, que regulamenta o procedimento de celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta para conversão de multa ambiental previsto no art. 101 da Lei nº 3.467/2000.
- Realização de operações para reprimir crimes ambientais em Jacarepaguá, Tijuca, Vargem Grande, Campo Grande, Santa Cruz, Jardim Gramacho, Araruama, Saquarema, Mangaratiba, Volta Redonda, Parque Estadual do Cunhambebe e Parque Estadual dos Três Picos.
- Realização de operações para reprimir o desmatamento ilegal em Campo Grande.
- Realização de operações para reprimir o tráfico de animais silvestres em Honório Gurgel, Nova Friburgo, Duque de Caxias e Belford Roxo.
- Realização de operações para reprimir a extração mineral ilegal em Itaboraí, Nova Friburgo, Seropédica e Macuco.
- Realização de operações para reprimir a pesca predatória na Baía de Guanabara e na Baía da Ilha Grande.
- Realização de operações para reprimir o despejo irregular de resíduos em Curicica e Saquarema.
- Realização de operações para reprimir o transporte irregular de produtos perigosos e resíduos em Volta Redonda.

3.4 Proteção da biodiversidade

O eixo proteção da biodiversidade faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de conservar a biodiversidade fluminense por meio da criação e gestão das unidades de conservação estaduais e da produção de mudas de espécies arbóreas nativas, além da promoção e fomento da restauração de áreas degradadas da mata atlântica do Rio de Janeiro, visando à preservação dos ecossistemas nativos e das paisagens naturais notáveis, ao aumento da cobertura florestal e à proteção da flora e da fauna nativas.

Objetivo: i) conservar a vegetação nativa e promover a restauração ecológica; ii) melhorar a infraestrutura das UC estaduais; iii) proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno de UCs; e iv) perseguir a sustentabilidade econômico-financeira.

Linhas de atuação: 1) aumentar a área conservada e restaurada; 2) estruturar as unidades de conservação; 3) fomentar o uso público e a visitação pública nos parques estaduais.

Principais realizações no exercício:

- Proteção de 477.246 hectares por meio de 39 unidades de conservação estaduais (proteção integral e de uso sustentável), o que representa 10,92% da área total do estado.
- Proteção de 1.260.412 hectares de cobertura florestal por meio de 415 unidades de conservação federais, estaduais e municipais, o que representa 28,84% da área total do estado.
- Recebimento de 193.770 visitantes nos parques estaduais contabilizados por meio de ecocontadores e de livros de registro (PESET, PEIG, PETP, PEPB, PED, PEC, PEPS, REVISTUR, REJ e REVISMEP).
- Emissão de 3 certificados de reconhecimento de novas reservas particulares do patrimônio natural (Pelegrini, Velho Moinho e São Gerônimo) que representaram um acréscimo de 11,548 hectares na área total de 8.450,96 hectares de reservas no estado.
- Aprovação de 17 planos de manejo de reservas particulares do patrimônio natural, sendo 12 elaborados pelo INEA e os outros 5 elaborados pelos proprietários no âmbito do Programa Estadual de Apoio às RPPNs.
- Reconhecimento de 3 reservas legais que representaram um acréscimo de 1.872 hectares na área total de 13.439 hectares de reservas no estado.
- Restauração de 1.613,55 hectares de áreas degradadas por meio de Projetos de Restauração Florestal e de Sistemas Agroflorestais e Silvopastoris no âmbito do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, além de 2.934,31 hectares restaurados por outros mecanismos.
- Conservação de 6.134,27 hectares no âmbito do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, beneficiando 429 proprietários de imóveis rurais.
- Credenciamento de 2.519 novos cadastros ambientais rurais, perfazendo o montante de 56.334 cadastros contemplados pelo CAR, abrangendo 15.439 hectares de reserva legal aprovada.
- Inauguração da subsede do Parque Estadual do Desengano, em São Fidélis.
- Emissão de 730 Notificações Preventivas de Incêndio.
- Manejo e sinalização de 128 km de trilhas em Unidades de Conservação Estaduais.
- Produção de 461.118 mudas pelos hortos florestais estaduais.
- Emissão de 62 autorizações para o uso de imagem de parques estaduais que geraram contrapartidas na ordem de R\$ 6.741,50 convertidos em bens patrimoniais.

- Emissão de 76 autorizações de pesquisas sobre flora e/ou fauna nos parques estaduais, além da celebração de 12 aditivos para alteração do escopo ou dilação de prazo.

3.5 Segurança hídrica

O eixo segurança hídrica faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de assegurar à atual e às futuras gerações o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente por meio de instrumentos de gestão que intentam garantir o uso sustentável dos recursos hídricos disponíveis, além de propor ações que visem à proteção e à recuperação de mananciais e fontes de abastecimento hídrico.

Objetivo: i) zelar pela garantia da segurança hídrica; ii) assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos; iii) recuperar e proteger zona de mananciais ou fontes de abastecimento; e (iv) fomentar a gestão participativa das águas.

Linhas de atuação: 1) realizar a gestão do cadastro de usuários de recursos hídricos; 2) cobrar pelo uso da água fluvial ou subterrânea; 3) celebrar contratos de gestão com delegatárias dos comitês de bacia hidrográfica; 4) desenvolver estudos ou ações que contribuam para o aumento da segurança hídrica; 5) monitorar e planejar ações visando mitigar, prevenir e/ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos extremos (estiagens e inundações); 6) fiscalizar a segurança de barragens de competência do INEA; e 7) proteger e recuperar áreas de proteção permanente estratégicas.

Principais realizações no exercício:

- Cadastramento de 1.607 novos pontos de interferência usuários de água regularizados no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos), perfazendo o montante de 14.046 pontos de interferência cadastrados em todo o estado.
- Incorporação de 27 novos usuários na base de cobrança, o que acarretou cobrança de 1.183 usuários pelo uso da água, com uma arrecadação anual de R\$ 61,3 milhões.
- Repasse de R\$ 94,8 milhões para as agências/comitês de bacia hidrográfica, decorrente de arrecadação do FUNDRHI.
- Realização de 2 vistorias relacionadas à fiscalização de segurança de barragens.
- Elaboração da NOI-16, que estabelece procedimentos de valoração, monitoramento e cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual.
- Elaboração do Relatório de Segurança de Barragens 2020.
- Realização de 17 reuniões com empreendedores de barramentos fiscalizados pelo Inea visando a implementação das ações de sua responsabilidade previstas nas Políticas de Segurança de Barragens.
- Emissão de 84 notificações a empreendedores de barramentos com objetivo de cobrar a implementação das ações previstas nas Políticas de Segurança de Barragens.

- Validação dos 12 mapas mensais do Rio de Janeiro no Monitor de Secas do Brasil.
- Validação de 110 medições de vazões realizadas em rios monitorados pelo Inea.

3.6 Qualidade ambiental

O eixo qualidade ambiental faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de coordenar as ações e integrar setores de controle ambiental por meio de programas de monitoramento quali-quantitativo sobre os corpos d'água, as bacias áreas e o uso do território, de modo a atender às políticas de comando e controle do Estado no tocante à efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. De modo adicional, almeja-se aumentar o acesso à água potável e à coleta e tratamento de esgoto por parte de uma fração da população desassistida pelas concessionárias públicas e privadas.

Objetivo: i) monitorar e informar a qualidade ambiental do ar, água e solo; ii) credenciar e certificar unidades laboratoriais; iii) controlar efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas; e iv) promover o acesso à água potável, a coleta e tratamento de esgoto e a destinação adequada de resíduos sólidos.

Linhas de atuação: 1) monitorar quali-quantitativamente a qualidade ambiental do ar, água e solo; 2) combater a emissão atmosférica, destinação de resíduos sólidos e a emissão de efluentes líquidos residenciais ou industriais em desconformidade com os preceitos legais; 3) emitir boletins hidrometeorológicos, de balneabilidade, de risco de incêndios florestais, de qualidade do ar e de qualidade da água; e 4) realizar análises laboratoriais sobre a qualidade ambiental dos corpos d'água.

Principais realizações no exercício:

- Realização de 4 vistorias de monitoramento de efluentes industriais e de qualidade da água, além de 15 vistorias de monitoramento de emissões atmosféricas e de qualidade do ar, 162 vistorias de inspeção sanitária, 2 vistorias de segurança de barragens e 26 vistorias de licenciamento.
- Realização de 18.068 análises laboratoriais de amostras de água.
- Emissão de 83 Certificados de Registro para Medição de Emissão Veicular (CREV) e Certificados de Credenciamento de Laboratórios.
- Acompanhamento rotineiro de 149 pontos de monitoramento de balneabilidade em 93 praias, além de 90 pontos de monitoramento qualidade de rios, lagoas, baías e reservatórios, ambos espalhados por todo o estado.
- Emissão de 319 boletins de qualidade ambiental da água e de 218 boletins de balneabilidade de praias.
- Elaboração da NOP-45, que estabelece critérios e padrões de lançamento de esgoto sanitário.
- Elaboração da NOP-47, que estabelece o programa estadual de autocontrole de efluentes líquidos.

- Acompanhamento de 109 de empresas vinculadas ao Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos.
- Acompanhamento de 284 empresas vinculadas ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera.
- Cadastramento de 142 empresas no programa de relato de emissões de gases de efeito estufa.
- Publicação de 2 Relatórios Anuais de Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro.
- Conversão de 4 multas na execução de projetos de prestação de serviços para a melhoria da qualidade ambiental.

3.7 Prevenção de acidentes e recuperação ambiental

O eixo prevenção de acidentes e recuperação ambiental faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de recuperar áreas degradadas nos corpos d'água ou em suas faixas marginais de proteção em razão de intervenção humana ou de ação das intempéries, prevenindo, controlando e mitigando alagamentos ou inundações nas zonas de habitação em torno delas.

Objetivo: i) diminuir a população vulnerável ao risco de inundação; ii) prevenir, controlar e mitigar alagamentos e inundações em decorrência de transbordamento de corpos hídricos; iii) recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas estratégicas; e iv) mitigar o impacto ambiental de acidentes tecnológicos com produtos químicos perigosos.

Linhas de atuação: 1) desassorear e limpar corpos d'água para prevenção de inundações; 2) implantar calhas e parques fluviais para controle de inundações; 3) gerir contratos de obras, projetos e serviços de engenharia; 4) emitir alertas de cheias à população possivelmente afetada em razão dos níveis dos rios ou de chuvas; e 5) atender às ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos.

Principais realizações no exercício:

- Aplicação de R\$135.105.676,12 em diversas obras, serviços e/ou projetos de recuperação ambiental em execução, além da realização de outras 12 licitações para início de outras.
- Limpeza e desassoreamento de um trecho de cerca de 12 quilômetros dos canais São Bento, Coqueiros e Rio Cacomanga, em Campos dos Goytacazes, para a retirada de um total de 126 mil metros cúbicos de sedimentos.
- Limpeza e desassoreamento de um trecho de cerca de 11 quilômetros no Lago do Campo do América, no bairro Purys, em Três Rios, para a retirada de um total de 30 mil metros cúbicos de sedimentos.
- Limpeza e desassoreamento de um trecho de cerca de 4 quilômetros do Rio Magé Mirim, no município de Guapimirim.

- Limpeza e desassoreamento do Córrego Rolamão, no Município de Pinheiral.
- Dragagem de sedimentos em diversos corpos hídricos do estado, totalizando 1.660.000 m³ e 165 km de extensão recuperada.
- Retirada de lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas em diversos cursos d'água contribuintes da Baía de Guanabara, totalizando 12.152 toneladas.
- Realização de 1.053 vistorias para elaboração, acompanhamento ou fiscalização de obras de engenharia ambiental.
- Realização de 25 atendimentos diversos em caráter de trabalho social em decorrência de obras de recuperação ambiental nas localidades de Santo Antônio, Maria Pitella, Voltarra, Roldão Gonçalves, Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis.
- Realização de 504 pesquisas junto a beneficiários para avaliação do programa minha casa, minha vida.
- Realização de 116 atendimentos diversos em caráter de emergências decorrentes de acidentes ou incidentes de cunho ambiental, além da prática de 15 exercícios simulados.
- Divulgação de dados meteorológicos a partir de uma rede de 108 estações de monitoramento hidrometeorológico telemétrica, distribuídas por 61 corpos hídricos.
- Realização de operação para combater focos de incêndio na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra da Concórdia, em Valença.
- Realização de mutirão de limpeza na Reserva Biológica Estadual de Araras, em Petrópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro, e no Monumento Natural Estadual Serra dos Mascates, localizado em Valença, no Sul Fluminense.
- Emissão de 730 Notificações Preventivas de Incêndio em diversas UCs estaduais.

3.8 Comunicação com a sociedade e com órgãos de controle

O eixo comunicação com a sociedade e com órgãos de controle faz parte de um grande esforço do INEA no sentido orientar a atuação da prática organizacional para o pleno atendimento dos pleitos e anseios do usuário e da sociedade de um modo geral, além de produzir publicações que difundem os serviços públicos prestados ou que divulguem a temática ambiental.

Objetivo: i) melhorar a comunicação com a sociedade; ii) aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação à população; iii) promover a transparência administrativa; e iv) ouvir e atender ao cidadão.

Linhas de atuação: 1) receber e tratar requisições externas; 2) divulgar feitos e conquistas notáveis; 3) ampliar o alcance dos canais de divulgação à população; e 4) disponibilizar publicações técnicas.

Principais realizações no exercício:

- Envio de 2.557 ofícios de resposta expedidos pela Ouvidoria em atendimento às requisições do *parquet* em razão do recebimento de 2.208 ofícios oriundos do Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho.
- Recebimento e encaminhamento de 4.948 demandas externas, sendo 2.706 por meio de telefone, 1.743 pelo fala.br e 499 pelo e-sic.
- Acesso de 414.000 usuários na home do Portal do INEA.
- Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão com a discriminação dos 65 principais serviços públicos disponíveis ao cidadão, discorrendo sobre as formas de acessá-los, os requisitos necessários para o ingresso e os compromissos assumidos para um atendimento de alto padrão.
- Atualização dos conteúdos contidos na home do Portal do INEA e nos submenus temáticos: 1) Licenciamento, Pós-licença e Fiscalização; 2) Ar, Água e Solo; 3) Biodiversidade e Ecossistemas; e 4) Recuperação Ambiental). Além disso, foram criados os conteúdos de transparência, de participação social, de perguntas frequentes e em foco.
- Disponibilização de 12 publicações: Revista Ineana 9.1, Livro "Base Legal para a Gestão das Águas do Estado do Rio de Janeiro" (5ª Edição), Livro "Diagnóstico Socioambiental e Priorização de Áreas para a Atuação do Projeto Conexão Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro", Cartilha "Estudos da Caracterização Gravimétrica de Resíduos Sólidos Urbanos" (Série Gestão Ambiental - Vol.12), Livro "Saberes, estratégias e metodologias: construindo programas municipais de educação ambiental", Revista "Ineana 9.2", Livreto "Ed. Ambiental: conceitos na gestão ambiental pública", Boletim "Águas do Rio" e Livro "Reuso para fins industriais de efluentes decorrentes de ETE".
- Organização do webinar denominado Desafios e Avanços na Segurança de Barragens, em parceria com o CREA/RJ.
- Organização do webinar denominado Novo Sistema de Licenciamento Ambiental: aspectos gerais e principais mudanças, em parceria com a FIRJAN e ANAMA.
- Organização do webinar denominado Mata-atlântica.
- Organização do webinar denominado Redução do Risco de Desastres.
- Organização do webinar denominado Sistema Público de Coleta Seletiva.
- Organização do webinar denominado Circuito das Águas.
- Organização do webinar denominado Agenda 2030 Engajamento Multissetorial de Aceleração dos ODS no RJ.
- Organização do seminário denominado Contingência de Estiagens e Incêndios Florestais.
- Organização do seminário denominado Fumaça Preta.

- Atendimento a 50 solicitações do Tribunal de Contas do Estado.
- Atendimento a 37 solicitações da Auditoria Geral do Estado.
- Análise de 2 processos de Prestação de Contas anual de gestão.
- Análise de 23 processos de Prestação de Contas de descentralização de crédito.
- Emissão de 24 Notas Técnicas em decorrência da análise e classificação de 116 processos administrativos.
- Construção e estruturação do Programa de Integridade.

3.9 Educação para a sustentabilidade

O eixo educação para a sustentabilidade faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de coordenar os diversos trabalhos de cunho socioambiental, que visam a desenvolver aspectos sociais e ambientais de forma integrada com os beneficiários de suas políticas públicas, por meio de ações educativas ou profissionalizantes que intentam alterar a situação vigente do público-alvo ou da realidade local.

Objetivo: i) promover a educação para sustentabilidade nos públicos externo e interno; ii) desenvolver aspectos ambientais e sociais no público-alvo; e iii) executar políticas de educação ambiental e de serviços ambientais.

Linhas de atuação: 1) estimular ações de educação ambiental; 2) difundir a prática de educação para sustentabilidade; 3) apoiar a prática de serviços ambientais sustentáveis; e 4) executar políticas de educação ambiental e de serviços ambientais.

Principais realizações no exercício:

- Realização de 9 cursos, seminários, oficinas e encontros técnicos que contaram com a participação de 625 pessoas: Mentoria de educação ambiental aos agentes municipais (63), Mentoria de elaboração de projetos de educação ambiental (140), Webinar mata-atlântica (211), Jornada de educação ambiental em resíduos sólidos (102), Webinar redução do risco de desastres (48), Roda de conversa coleta seletiva predial (7), Webinar Sistema Público de Coleta Seletiva (12); Palestra Gestão de Risco de Inundações (12) e Curso de Capacitação de Condutores de visitantes (30).
- Participação de 8.208 visitantes em diversos eventos de estímulo à visitação nas UCs estaduais.
- Formação de 48 guias e condutores de trilhas devidamente habilitados ao exercício de apoio à visitação no interior das unidades de conservação estaduais (18 no REEJ e 30 no PEIG).
- Seleção de 16 voluntários ambientais para o exercício de funções de apoio às competências a cargo das unidades de conservação estaduais.

- Credenciamento de 375 proprietários rurais no programa de pagamento por serviços ambientais, dos quais 627 hectares incorporaram práticas sustentáveis na cadeia produtiva, 897 hectares foram dedicados para restauração florestal e 5.979 hectares foram reconhecidos como destinados para conservação.
- Elaboração da NOP-49, que estabelece procedimentos de gestão da educação ambiental nas unidades de conservação administradas pelo INEA.

3.10 Gestão do conhecimento e modernização administrativa

O eixo gestão do conhecimento e modernização administrativa faz parte de um grande esforço do INEA para melhorar a execução de políticas públicas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e florestais, a partir de uma cultura de gestão com foco na difusão de conhecimento e na formação de seu quadro técnico e de lideranças com alta capacidade executiva e operacional.

Objetivo: 1) produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital intelectual; 2) desenvolver e capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico, além de promover a integração interna; e 3) valorizar o capital humano.

Linhas de atuação: 1) desenvolvimento e aperfeiçoamento de lideranças e de técnicos; 2) avaliar o desempenho individual de seu quadro efetivo; 3) conduzir estudos avaliação de suas políticas públicas; 4) propagar matérias, notas positivas ou explicativas na mídia impressa e eletrônica, interna e externa; 5) publicar produções técnicas na área ambiental e franquear o acesso ao seu acervo técnico; e 6) incentivar transparência, divulgação e compartilhamento de informações.

Principais realizações no exercício:

- Conclusão da segunda turma da Pós-Graduação em Gestão Ambiental, em parceria com a UERJ.
- Realização de 12 seminários, oficinas e encontros técnicos que contaram com a participação de 1.917 pessoas: Webinar Educação Ambiental Plantando um Futuro Sustentável (192), Webinar Circuito das Águas (803), Palestra Semana do Meio Ambiente (319), Seminário de Contingência de Estiagens e Incêndios Florestais (55), Webinar Agenda 2030 Engajamento Multissetorial de Aceleração dos ODS no RJ (101), Palestra Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seu Impacto no Poder Público (70), Oficina Técnica do Selca (71), Seminário Operação Fumaça Zero + Prática + Medição (236), Oficina Instrumentos de Controle Ambiental (15), Palestra Conceitos Básicos de Manejo das UCs (15), Palestra Conceitos Básicos de Meteorologia (16) e Palestra Monitoramento e Sistemas de Alertas (14).
- Realização de 9 cursos de capacitação que contaram com a participação de 492 pessoas: Instrumentos de Controle Ambiental e Fiscalização Ambiental (138), Cobrança Pelo Uso da Água (21), Noções de cartografia básica e uso de geoinformação (24), SEI-RJ (99), Atos Administrativos (40), Estratégias para criação de PROMEA (77), Economia Circular (61), Fiscalização de Pesca e Gerenciamento Costeiro (14) e Fumaça Preta (18).

- Conclusão do segundo prêmio de monografia para trabalhos acadêmicos cujo objeto foram soluções baseadas na natureza.
- Elaboração do "Manual para Publicação de Conteúdo no Portal Inea", do Manual "Elaboração de Apostilas - Cursos EAD da Universidade do Ambiente do Inea".
- Catalogação de 2.733 itens do acervo técnico no sistema da biblioteca do INEA e de 911 itens de legislação ambiental no sistema documental do INEA.
- Revisão parcial dos Planos Estratégico do INEA (2021-2022) e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (2021), com a adequação das ações previstas às novas diretrizes governamentais.
- Acompanhamento de 117 ações previstas no Plano Estratégico, entre as quais 31 foram concluídas e outras 67 estão em andamento.
- Publicação do estudo avaliativo sobre o efeito da Governança de indicadores e metas de desempenho no licenciamento ambiental do Estado do Rio de Janeiro.
- Realização do estudo avaliativo sobre os custos de ressarcimento de análise e processamento dos instrumentos de licenciamento e controle ambiental, com a elaboração de nota técnica.
- Distribuição de 3.076 itens referentes aos Equipamentos de Proteção Individual.
- Autorização pelo Núcleo de Pesquisa de 76 pesquisas realizadas nas Unidades de Conservação.

4 Execução orçamentária, financeira e patrimonial

As informações apresentadas no presente relatório possuem caráter descritivo e se pautaram exclusivamente nos Demonstrativos Contábeis da Lei 4.320 de 17/03/1964, que institui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, além dos normativos legais que regem a aprovação e alterações do orçamento público.

A Lei Estadual nº 9.185, de 14 de janeiro de 2021, autorizou o orçamento anual para o Instituto Estadual do Ambiente, cuja dotação inicial foi de R\$ 608.487.698,00 (seiscentos e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa e oito reais), que após atualização totalizou R\$ 958.487.142,10 (novecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais e dez centavos).

O resultado orçamentário (diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada) foi deficitário em R\$ 111.485.468,65 (cento e onze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Ressaltamos que este déficit foi apurado considerando as despesas empenhadas pelo INEA utilizando as fontes de recursos disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, que possuem sua Receita Realizada ausente no Balanço Orçamentário do INEA, sendo apresentada apenas nos Demonstrativos Contábeis do Tesouro Estadual.

(+) Receita BRUTA realizada - INEA:	R\$ 118.616.188,87
(-) TRANSFERÊNCIAS EC Nº 93/2016 DRE	-R\$ 5.325.015,51
(=) Receita LÍQUIDA realizada - INEA:	R\$ 113.291.173,36
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	R\$ 43.188.363,01
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	R\$ 0,00
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	R\$ 4.590.322,80
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	R\$ 79.963.186,18
214 - Transferências do PAC	R\$ 11.669.229,84
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 47.721.698,96
230 - Recursos Próprios	R\$ 22.775.835,77
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	R\$ 13.508.297,09
297 - Conservação Ambiental	R\$ 1.359.708,36
(=) Despesa empenhada - INEA:	R\$ 224.776.642,01
Resultado Orçamentário:	-R\$ 111.485.468,65

A receita realizada do INEA no valor de R\$ 113.291.173,36 (cento e treze milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e setenta e três reais e trinta e seis centavos) no exercício de 2021 representou o percentual de 41,76% sobre o total previsto de R\$ 271.272.385,00 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais), portanto, ocorreu um déficit na arrecadação no valor de R\$ 157.981.211,64 (cento e cinquenta e sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e onze reais e sessenta e quatro centavos).

214 - Transferências do PAC	R\$ 124.492.113,00
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 116.153.662,00
230 - Recursos Próprios	R\$ 17.259.813,00
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	R\$ 15.467.428,00
232 - (-) TRANSFERÊNCIAS EC Nº 93/2016 DRE	-R\$ 4.640.228,00
233 - Alienação de Bens	R\$ 12.470,00
297 - Conservação Ambiental	R\$ 2.527.127,00
(=) Receita Prevista - INEA:	R\$ 271.272.385,00
212 - Transferências Voluntárias	R\$ 88.789,78
214 - Transferências do PAC	R\$ 12.725.884,33
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 57.078.926,03
230 - Recursos Próprios	R\$ 23.897.468,98
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	R\$ 17.750.886,38
232 - (-) TRANSFERÊNCIAS EC Nº 93/2016 DRE	-R\$ 5.325.015,51
233 - Alienação de Bens	R\$ 12.166,91
297 - Conservação Ambiental	R\$ 7.062.066,46
(=) Receita Realizada - INEA:	R\$ 113.291.173,36
Receita Realizada / Receita Prevista (%)	41,76%
DÉFICIT na Arrecadação	-R\$ 157.981.211,64

Em contrapartida, de acordo com Balanço Orçamentário, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada) de R\$ 733.710.500,09 (setecentos e trinta e três milhões, setecentos e dez mil, quinhentos reais e nove centavos), correspondente a um percentual de 76,55%.

(+) Dotação Atualizada	R\$ 958.487.142,10
(-) Despesa Empenhada - INEA	R\$ 224.776.642,01
(=) Economia Orçamentária - INEA:	R\$ 733.710.500,09
Dotação Atualizada (Previsto)	100,00%
Despesa Empenhada (Utilizado)	23,45%
Economia Orçamentária - INEA:	76,55%

Para um melhor entendimento, apresentamos quadro analítico da dotação orçamentária prevista e as despesas efetivamente empenhadas no exercício de 2021.

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Economia Orçamentária
Despesas Correntes (MII)	R\$ 216.994.364,51	R\$ 131.589.908,45	R\$ 85.404.456,06
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 177.154.034,91	R\$ 106.115.231,74	R\$ 71.038.803,17
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 39.835.329,60	R\$ 25.474.676,71	R\$ 14.360.652,89
Despesas de Capital (IX)	R\$ 741.492.777,59	R\$ 93.186.733,56	R\$ 648.306.044,03
Investimentos	R\$ 741.487.777,59	R\$ 93.186.733,56	R\$ 648.301.044,03
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
Reserva de Contingência (X)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 958.487.142,10	R\$ 224.776.642,01	R\$ 733.710.500,09

4.1 Arrecadação

FR	Descrição da Fonte de Recursos	2018	2019	2020	2021
212	Transferências Voluntárias	R\$ 1.900.850,04	R\$ 138.882,71	R\$ 58.345,26	R\$ 88.789,78
214	Transferências do PAC	R\$ 10.872.221,09	R\$ 13.381.443,97	R\$ 572.627,18	R\$ 12.725.884,33
218	Transferências Intraorçamentárias	R\$ 88.781.725,49	R\$ 79.845.488,55	R\$ 47.135.327,61	R\$ 57.078.926,03
230	Recursos Próprios	R\$ 25.283.521,89	R\$ 21.409.900,04	R\$ 20.592.465,58	R\$ 23.897.468,98
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos*	R\$ 15.855.731,82	R\$ 11.310.219,51	R\$ 10.847.182,39	R\$ 12.425.870,87
233	Alienação de Bens	R\$ 284.500,00	R\$ 260.881,21	R\$ 6.851,13	R\$ 12.166,91
297	Conservação ambiental	R\$ 978.361,47	R\$ 63.219.491,87	R\$ 90.938.802,96	R\$ 7.062.066,46
	Arrecadação Anual	R\$ 143.916.711,60	R\$ 189.565.907,86	R\$ 170.151.602,11	R\$ 113.291.173,36

* Valor Líquido após as Transferências da EC N° 93/2016 - DRE

4.2 Execução Orçamentária

O orçamento inicial foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 47.938 de 01 de fevereiro de 2021, o qual dispõe sobre a programação orçamentária e financeira por meio do estabelecimento de normas para a execução orçamentária pelo Poder Executivo no exercício de 2021, mediante a autorização de sua execução.

Descrição Orçamentária	2018	2019	2020	2021
Orçamento Liberado (Dotação Atualizada)	R\$ 249.245.809,06	R\$ 573.836.646,18	R\$ 455.394.396,93	R\$ 958.487.142,10
Despesas Correntes	R\$ 176.665.228,28	R\$ 266.048.373,09	R\$ 229.520.877,96	R\$ 216.994.364,51
Despesas de Capital	R\$ 72.580.580,78	R\$ 307.788.273,09	R\$ 225.873.518,97	R\$ 741.492.777,59

A receita realizada em 2021 alcançou o montante de R\$ 113.291.173,36 (cento e treze milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e setenta e três reais e trinta e seis centavos) com a seguinte classificação:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 12.425.047,19
Receita Patrimonial	R\$ 8.365.656,72
Receita de Serviços	R\$ 79.719.733,86
Outras Receitas Correntes	R\$ 55.967,30
Total da Receita Corrente	R\$ 100.566.405,07
Alienação de Bens	R\$ -
Transferências de Capital	R\$ 12.724.768,29
Total da Receita Capital	R\$ 12.724.768,29
Total das Receitas	R\$ 113.291.173,36

O montante da despesa empenhada em 2021 foi de R\$ 224.776.642,01 (duzentos e vinte e quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e um centavo), com as seguintes categorias econômicas:

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Correntes	R\$ 161.803.887,00	R\$ 216.994.364,51	R\$ 131.589.908,45	R\$ 127.477.202,90	R\$ 123.666.547,01
Despesas de Capital	R\$ 446.683.811,00	R\$ 741.492.777,59	R\$ 93.186.733,56	R\$ 92.047.813,38	R\$ 90.424.336,45
Total	R\$ 608.487.698,00	R\$ 958.487.142,10	R\$ 224.776.642,01	R\$ 219.525.016,28	R\$ 214.090.883,46

Já com relação aos recursos provenientes das fontes de recursos disponibilizadas pelo Tesouro Estadual, o montante da despesa empenhada em 2021 foi de R\$ 127.741.871,99 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), conforme visto anteriormente, e que em conjunto com as demais fontes de recursos apresentaram a seguinte execução orçamentária e financeira no exercício de 2021.

Fonte de Recursos	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscrito em RPP
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	R\$ 43.188.363,01	R\$ 43.188.363,01	R\$ 42.274.759,25	R\$ 913.603,76
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	R\$ 4.590.322,80	R\$ 4.590.322,80	R\$ 4.590.322,80	R\$ -
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	R\$ 79.963.186,18	R\$ 79.963.186,18	R\$ 78.464.783,10	R\$ 1.508.403,08
Execução Orçamentária - Fontes TESOURO ESTADUAL	R\$ 127.741.871,99	R\$ 127.741.871,99	R\$ 125.319.865,15	R\$ 2.422.006,84
214 - Transferências do PAC	R\$ 11.669.229,84	R\$ 11.669.229,84	R\$ 11.554.155,99	R\$ 115.073,85
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 47.721.698,96	R\$ 45.370.153,35	R\$ 43.115.844,64	R\$ 2.254.308,71
230 - Recursos Próprios	R\$ 22.775.835,77	R\$ 21.745.884,01	R\$ 21.605.404,86	R\$ 140.479,15
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	R\$ 13.508.297,09	R\$ 12.766.263,06	R\$ 12.263.998,79	R\$ 502.264,27
297 - Conservação Ambiental	R\$ 1.359.708,36	R\$ 231.614,03	R\$ 231.614,03	R\$ -
Execução Orçamentária - DEMAIS FONTES	R\$ 97.034.770,02	R\$ 91.783.144,29	R\$ 88.771.018,31	R\$ 3.012.125,98
Execução Orçamentária - INEA	R\$ 224.776.642,01	R\$ 219.525.016,28	R\$ 214.090.883,46	R\$ 5.434.132,82

O total das Despesas Pagas mais as Inscritões em Restos a Pagar de 2021 ficaram assim discriminadas:

Despesa Empenhada e Paga no Exercício	R\$ 214.090.883,46
Despesa Empenhada e Liquidada Inscrita em Restos a Pagar Processados	R\$ 5.434.132,82
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 2.351.545,61
230 - Recursos Próprios	R\$ 1.029.951,76
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos (2.32.1.000016)	R\$ 78,14
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos (2.32.1.000017)	R\$ 741.955,89
297 - Conservação Ambiental	R\$ 1.128.094,33
Despesa Empenhada e Não Liquidada Inscrita em Restos a Pagar Não Processados	R\$ 5.251.625,73
Total	R\$ 224.776.642,01

4.3 Execução Financeira

O movimento financeiro global do exercício se espelha, em resumo, por:

Saldo do exercício anterior disponível em 31/12/2020:	352.199.805,15
11.10.00000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	351.439.362,11
11.35.00000 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	760.443,04
Saldo para o exercício seguinte disponível em 31/12/2021:	363.674.857,56
11.10.00000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	362.913.173,59
11.35.00000 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	761.683,97

Os pagamentos extraorçamentários se compõem:

Dívida Flutuante	R\$ 40.390.298,29
Consignação	R\$ 28.209.710,53
Depósitos de Diversas Origens	R\$ 5.504.713,59
Restos a Pagar Processados	R\$ 5.237.128,50
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.438.745,67
Outra Operações	R\$ 86.533,77
Valores em Trânsito Realizáveis	R\$ 61.136,88
Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	R\$ 25.396,89
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 40.476.832,06

O histórico do Resultado Financeiro nos últimos 03 (três) exercícios, apurado entre a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, está representado no quadro abaixo.

	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
Ativo Financeiro	R\$ 167.853.034,66	R\$ 225.450.799,05	R\$ 236.923.844,39
Passivo Financeiro	R\$ 865.544.755,43	R\$ 192.909.422,61	R\$ 36.894.274,34
Resultado Financeiro	-R\$ 697.691.720,77	R\$ 32.541.376,44	R\$ 200.029.570,05

FONTE S DE RECURSOS	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	-R\$ 222.429,27	-R\$ 222.429,27	-R\$ 186.829,27
085 - Fonte Genérica	R\$ -	R\$ -	R\$ -
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	-R\$ 14.607.673,05	-R\$ 7.751.640,72	-R\$ 5.647.785,82
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	-R\$ 2.970.702,99	-R\$ 2.372.541,00	-R\$ 716.199,13
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	-R\$ 825.672.773,83	-R\$ 162.119.433,39	-R\$ 18.759.991,48
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	R\$ -	R\$ -	R\$ -
111 - Operações de Crédito	-R\$ 3.340.993,32	-R\$ 3.340.993,32	R\$ -
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FE CAM	R\$ -	R\$ -	-R\$ 1.682.441,14
212 - Transferências Voluntárias	R\$ 1.870.031,92	R\$ 1.916.812,30	R\$ 3.066.974,89
214 - Transferências do PAC	R\$ 14.349.019,33	R\$ 12.509.147,13	R\$ 17.865.375,75
218 - Transferências Intraorçamentárias	R\$ 31.437.634,06	R\$ 7.375.417,42	R\$ 10.080.857,96
230 - Recursos Próprios	R\$ 16.479.632,43	R\$ 11.456.672,04	R\$ 15.500.078,94
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	R\$ 8.142.878,02	R\$ 8.618.839,04	R\$ 7.287.073,00
233 - Alienação de Bens	R\$ 525.181,21	R\$ 532.032,34	R\$ 544.199,25
297 - Conservação Ambiental	R\$ 76.318.474,72	R\$ 165.939.493,87	R\$ 172.678.257,10
Total das Fontes de Recursos	-R\$ 697.691.720,77	R\$ 32.541.376,44	R\$ 200.029.570,05

4.4 Execução Patrimonial

O resultado patrimonial referente ao exercício de 2021 está representado pela apuração entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 134.130.921,55 (cento e trinta e quatro milhões, cento e trinta mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), conforme informações abaixo:

	Exercício 2019	Exercício 2020	Exercício 2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 326.455.750,43	R\$ 380.838.036,42	R\$ 303.100.412,14
Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 162.586.791,71	R\$ 132.887.190,67	R\$ 138.969.490,59
Resultado Patrimonial	R\$ 163.868.958,72	R\$ 247.950.845,75	R\$ 164.130.921,55

4.5 Balanço Patrimonial

Demonstra as alterações patrimoniais resultantes ou independentes da execução orçamentária, com objetivo de evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao término do exercício.

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	362.913.173,59	351.439.362,11
Créditos a Curto Prazo	33.577.170,70	30.382.023,09
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	379.237,61	396.107,76
V.P.D. Pagas Antecipadamente	17.400,00	17.400,00
Total Ativo Circulante	396.886.981,90	382.234.892,96
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.610.588,69	9.538.938,04
Créditos a Longo Prazo	9.610.588,69	9.538.938,04
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	97.947.492,45	97.947.492,45
Imobilizado	980.996.269,30	976.808.064,12
Intangível	6.915.685,33	5.463.361,13
Diferido	0,00	0,00
Total Ativo Não Circulante	1.095.470.035,77	1.089.757.855,74
Total do Ativo	1.492.357.017,67	1.471.992.748,70

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	3.329.159,17	9.896.220,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.302.189,41	168.636.091,01
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	401,30	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	143.499.267,72	129.590.824,78
Total Passivo Circulante	170.131.017,60	308.123.136,46
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	154.479.135,44	154.628.997,44
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.745.762,56	1.745.762,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	156.224.898,00	156.374.760,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	21.445.874,63	21.445.874,63
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	1.144.555.227,44	986.048.977,61
Resultado do Exercício	164.130.921,55	247.950.845,75
Resultados de Exercícios Anteriores	986.048.977,61	738.342.038,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.624.671,72	-243.906,59
Participação de Não Controladores	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	1.166.001.102,07	1.007.494.852,24
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.492.357.017,67	1.471.992.748,70